

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.376 - SP (2019/0236957-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **ALLAN KENJI YETIKA**  
**AGRAVANTE** : **KEICO OSHIMA**  
**ADVOGADO** : **ANTONIO ALFREDO GLASHAN - SP171177**  
**AGRAVADO** : **GAFISA SPE-91 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS**  
**LTDA**  
**AGRAVADO** : **GAFISA S/A**  
**AGRAVADO** : **GAFISA SPE-89 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A**  
**ADVOGADO** : **THIAGO MAHFUZ VEZZI - SP228213**

### **EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação revisional de contrato de compra e venda de imóvel, cumulada com compensação por danos morais.
2. O agravo em recurso especial, interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial, que não impugna, especificamente, os fundamentos por ela utilizados não deve ser conhecido.
3. Agravo em recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por ALLAN KENJI YETIKA e KEICO OSHIMA, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial com fundamento na incidência dos óbices das Súmulas 284/STF e 7/STJ, bem como na ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial.

Constata-se, da análise da petição do presente recurso, que os agravantes se limitaram a trazer alegações genéricas, mas não demonstraram, de maneira consistente e específica, a inaplicabilidade dos óbices das Súmulas 284/STF e 7/STJ.

O agravo em recurso especial que não impugna, especificamente, os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro em 20% o valor dos honorários fixados anteriormente.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora